

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 515.380 - CE (2019/0168056-5)

RELATOR : MINISTRO JORGE MUSSI
IMPETRANTE : WESLLEN NOBRE CUNHA
ADVOGADO : WESLLEN NOBRE CUNHA - CE021593
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ
PACIENTE : FRANCISCO NEUTON BARBOSA FREIRE (PRESO)

EMENTA

HABEAS CORPUS. IMPETRAÇÃO ORIGINÁRIA. SUBSTITUIÇÃO AO RECURSO ORDINÁRIO CABÍVEL. IMPOSSIBILIDADE. PRISÃO PREVENTIVA. ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA. HOMICÍDIOS QUALIFICADOS. ROUBOS MAJORADOS. SEQUESTROS. ADULTERAÇÃO DE SINAL IDENTIFICADOR DE VEÍCULO AUTOMOTOR. AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO. CABIMENTO DE MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS DA PRISÃO. DESPROPORCIONALIDADE DA MEDIDA EXTREMA. CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS DO ACUSADO. MATÉRIAS NÃO APRECIADAS NO ACÓRDÃO COMBATIDO. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. FRAGILIDADE DAS PROVAS DA AUTORIA. VIA INADEQUADA. EXCESSO DE PRAZO PARA A FORMAÇÃO DE CULPA. NÃO CONFIGURADO. COMPLEXIDADE DA CAUSA. QUINZE VÍTIMAS E ONZE RÉUS. *WRIT* NÃO CONHECIDO.

1. O Supremo Tribunal Federal passou a não mais admitir o manejo do *habeas corpus* originário em substituição ao recurso ordinário cabível, entendimento que foi aqui adotado, ressalvados os casos de flagrante ilegalidade, quando a ordem poderá ser concedida de ofício.
2. Inviável o exame das teses de ausência de fundamentação do decreto preventivo, de cabimento das medidas cautelares diversas da prisão, de desproporcionalidade da medida extrema e das condições pessoais do acusado, sob pena de indevida supressão de instância, uma vez que as questões não foram objeto de análise pela Corte de origem no acórdão impugnado.
3. A fragilidade das provas quanto à imputação criminosa é questão que não pode ser dirimida na via sumária do *habeas corpus* por demandar o reexame aprofundado dos elementos coletados no curso da instrução criminal, devendo ser solucionada na esfera própria.
4. A jurisprudência desta Corte Superior é pacífica no sentido de que os prazos indicados na legislação pátria para a finalização dos atos processuais servem apenas como parâmetro geral, não se podendo deduzir o seu excesso tão somente pela soma aritmética, admitindo-se, em homenagem ao princípio da razoabilidade, certa

Superior Tribunal de Justiça

variação, de acordo com as peculiaridades de cada processo, devendo o constrangimento ser reconhecido como ilegal somente quando o retardo ou a delonga sejam injustificados e possam ser atribuídos ao Judiciário.

6. Na hipótese, observa-se que o recorrente foi preso em 10/3/2017 em processo complexo, no qual se apuram diversos crimes, com várias vítimas, praticados por pelo menos onze agentes que se encontram, em sua maioria, preventivamente custodiados em diferentes locais, ensejando a expedição de precatórias para três comarcas. Além disso, foram reavaliados os requisitos da segregação do acusado em pelo menos uma oportunidade, deferidas diligências requeridas pelas partes, inclusive exames de DNA, e prestadas informações às instâncias superiores.

7. Tem-se ainda que a denúncia foi oferecida e recebida em 7/3/2017. Não tendo o recorrente apresentado resposta à acusação, foi-lhe nomeado defensor público em 24/5/2017, que apresentou a defesa prévia. A audiência de instrução e julgamento ocorreu em 19/7/2017, com continuação em 21 e 22/9/2017, ocasião em que foram ouvidas 21 testemunhas e determinada a realização de perícias. Por fim, em 31/8/2018, foram juntados os laudos periciais requeridos. As alegações finais foram apresentadas em 14/12/2018 pelo *Parquet* estadual e em 15/2/2018 pela defesa.

8. *Habeas corpus* não conhecido. Expeça-se, contudo, recomendação ao Juízo de origem para que imprima a maior celeridade possível no julgamento da Ação Penal n. 0027424-17.2017.8.06.0151.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros da Quinta Turma do Superior Tribunal de Justiça, na conformidade dos votos e das notas taquigráficas a seguir, por unanimidade, não conhecer do pedido, com recomendação. Os Srs. Ministros Reynaldo Soares da Fonseca, Ribeiro Dantas e Joel Ilan Paciornik votaram com o Sr. Ministro Relator.

Ausente, justificadamente, o Sr. Ministro Felix Fischer.

Brasília (DF), 17 de setembro de 2019(Data do Julgamento)

MINISTRO JORGE MUSSI
Relator